



Delfim Neto



Aureliano Chaves



Ernane Galvêas

Galvêas quer imitar os mexicanos. Vai resolver?

O economista José Carlos Braga, do Departamento de Economia da Unicamp, não concorda com o plano de refinanciamento da dívida externa brasileira apresentado pelo ministro Galvêas. Ele explicou que o País não pode aceitar o refinanciamento "apenas pela metade" e continuar pagando os juros dos empréstimos aos banqueiros internacionais, "pois isso em nada resolveria o problema da crise cambial e comprometeria ainda mais as importações de matérias-primas essenciais".

O economista não tem mais dúvidas de que agora a moratória é, de fato, iminente. Ele considera que o Brasil já vive uma situação real de inadimplência, com compromissos atrasados da ordem de US\$ 1,8 bilhão, "mas que a moratória deveria deixar de ser disfarçada, para que pudéssemos receber os benefícios trazidos por ela: refinanciamento global do principal e da totalidade dos juros e restabelecimento das taxas de juros em vigência durante o período de negociação".

Segundo Braga, a comunidade financeira internacional ficou bastante satisfeita com o acordo firmado com o México, que, em contrapartida, "provocou uma crise recessiva no país, com uma queda brutal no nível de emprego, arrocho salarial e desarti-

culação de seu processo de investimento". Por isto.

O governo brasileiro precisa definir melhor como pretende manter as relações do balanço de pagamentos com a política interna, "para que possamos desenvolver uma política não recessiva".

- Outro ponto que não ficou esclarecido - disse ele - é se o governo promoverá ou não uma conversa com os governos dos países credores e uma revisão do acordo com o FMI, ao invés de manter as negociações apenas ao nível da comunidade bancária internacional.

O superintendente do Moinho Pacífico, Lawrence Pih, adverte que a renegociação tem de incluir os juros. Do contrário, "quando o Brasil começar a amortizar a dívida em 1986, assim que expirar o prazo de carência, teremos uma dívida substancialmente maior que a de hoje, e isso ainda sem levar em consideração o déficit em outras contas de serviço, proveniente do aumento dos juros".

- Os termos de refinanciamento da dívida - completou - estão condicionados ao acordo firmado junto ao Fundo Monetário Internacional, que imprime diretrizes que levam à recessão. A vantagem da moratória é uma só: com ela, o Brasil não estará

vivendo diariamente problemas cambiais, que poderão eventualmente causar uma paralisação do fluxo do petróleo.

Dançamos conforme a música. A solução não depende do Brasil, mas de seus credores.

O Brasil, insiste Lawrence Pih, não terá condições de amortizar suas dívidas se não houver uma redução substancial dos juros cobrados pelos credores. "Os credores precisam concordar com uma redução do nível de juros de acordo com nossas reais possibilidades, que seria de dois a três bilhões de dólares anuais. Isso até termos folga novamente, levando em conta a projeção de um superávit de, no mínimo, US\$ seis bilhões para 1984."

O superintendente do Moinho Pacífico explica ainda que, com a tendência altista das taxas de juros no mercado internacional, qualquer espécie de acordo é inviável, se não levar em conta este fato. "Deveremos fechar 1983 com uma dívida de US\$ 95 bilhões e um serviço da ordem de US\$ 12 bilhões. Quando começar a vencer o principal, esta dívida, considerando os níveis atuais de juros, já terá alcançado, em 1986, US\$ 131 bilhões, mesmo com a estimativa de um superávit crescente de US\$ 6,7 e oito bilhões nos três próximos anos."